



**ACÓRDÃO Nº 687/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11856/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Itacoatiara – IMPREVI.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Raimundo Hailton da Cruz Farias (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Rodrigo Silva de Lacerda - OAB/AM 10.964.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP e DILCON
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5929/2018-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Itacoatiara - IMPREVI. Exercício de 2017.

*Regularidade com ressalvas. Determinação. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Raimundo Hailton da Cruz Farias**, responsável pelo Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Itacoatiara-IMPREV, no curso do exercício 2017, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Determinar** ao Instituto Municipal de Previdência do Servidores de Itacoatiara – IMPREV que adote as seguintes providências:
  - 10.2.1. Que encaminhe a este Tribunal de Contas relatório final de cadastramento previdenciário realizado anualmente;
  - 10.2.2. Que no prazo de 01 (um) ano para que o RPPS regularize, em conjunto com Poderes Executivo e Legislativo, o Certificado de Regularidade Previdenciária do município perante a Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social - SRPPS, vinculada ao Ministério da Fazenda, a contar da data do recebimento desta decisão;



**ACÓRDÃO Nº 687/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 10.2.3.** Que observe os ditames do art. 41, § 4º, da ON MPS nº 02/09, sob pena de devolução da hipótese de reincidência;
- 10.2.4.** Para que encaminhe no prazo estabelecido pela legislação específica o Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA à Secretaria de Previdência, sob pena de multa na hipótese de reincidência;
- 10.2.5.** Para que faça a reavaliação atuarial em cada exercício financeiro, sob pena de multa na hipótese de reincidência;
- 10.3. Determinar** à próxima Comissão de Inspeção que verifique *in loco* se foram cumpridas as referidas determinações;
- 10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno para oficie o Responsável, acompanhado cópia da Decisão e do Relatório/voto para conhecimento;
- 10.5. Arquivar** o presente processo, após cumpridas as formalidades legais.
- 11- Ata:** 24ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 30 de Julho de 2019
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral